

POLÍTICA E DETERIORAÇÃO DO RESULTADO FISCAL: A DÍVIDA PÚBLICA E OS LIMITES DA INTERVENÇÃO NO BRASIL, DE 2000 A 2017

Emely Carolin de Moraes¹

Mustafa Majdi Walid Mustafa Kasem Dawud²

Carlos Ilton Cleto³

RESUMO

Este trabalho aborda os limites da atuação do Estado com suas políticas fiscais, observando suas consequências, erros e acertos, assim como, suas contradições e coerências com as teorias econômicas. A origem do problema reside na responsabilidade que o Estado tem em exercer a atividade financeira, visando ao bem comum da população, e seu reflexo na intervenção da economia para garantir dois objetivos principais: estabilidade e crescimento, bem como, a busca pela correção das falhas de mercado, mantendo a estabilidade, a melhora a distribuição de renda e o aumento do nível de emprego, entre outros. O objetivo principal é verificar o comportamento do resultado primário e nominal, tal como, da dívida pública no Brasil nesta última década e meia compreendidas entre 2000 – 2017. Por meio da pesquisa bibliográfica em livros de teorias econômicas e a pesquisa documental em sites como do Banco Central do Brasil, foi possível observar que as políticas adotadas, pelo governo brasileiro, de barateamento de crédito, redução de impostos e crescimento das despesas públicas, contribuíram com a deterioração do resultado fiscal.

Palavras-chave: Políticas Fiscais; Intervenção; Dívida Pública.

¹ Aluna do 7º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2017-2018). *E-mail*: emely.moraes@gmail.com

² Aluno do 6º período do curso de Ciências Econômicas da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2017-2018). *E-mail*: dawud1921@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: cletoci@terra.com.br

INTRODUÇÃO

As políticas econômicas são constituídas pela monetária, cambial e fiscal, estas são de extrema importância para o caminho sustentável da economia. As três funções do governo são: estabilização macroeconômica, a redistribuição da renda e a alocação de recursos, e para que estes objetivos sejam alcançados por meio da política fiscal é necessário um controle da dívida pública com o alcance de superávit primário.

Por meio de pesquisa qualitativa, com o estudo das escolas econômicas clássicas, representada principalmente por Adam Smith, da escola keynesiana e os pressupostos neoclássicos será possível compreender os limites da intervenção do estado no desenvolvimento da economia.

Os efeitos da política fiscal podem ser observados por meio da avaliação da qualidade do gasto público e do mesmo modo identificar os impactos da política fiscal no bem-estar dos cidadãos. Para isto podem ser utilizados diversos indicadores para análise fiscal, em particular os resultados primário e nominal e das dívidas líquida e bruta.

Noticiava o Banco Central do Brasil (BACEN, 2008), que o Brasil obteve entre janeiro e abril daquele ano o primeiro superávit nominal nas contas públicas para um quadrimestre em toda a sua história, o valor era de R\$ 61,74 bilhões, ou 6,82% do PIB. Esta economia nas contas públicas era suficiente para pagar todos os juros de dívida previstos para o período (R\$ 54,85 bilhões) e ainda restava um saldo positivo no quadrimestre.

Já em 30 de agosto do ano de 2017, a notícia dada pelo mesmo Banco Central era que as contas públicas, em julho, haviam batido um recorde com déficit de R\$ 16,138 bilhões.

Portanto, o desafio maior é tentar entender como a economia passou de um recorde para outro em apenas nove anos de governo.

O tema a ser pesquisado é: Políticas e deterioração do resultado fiscal: Dívida pública, os limites da intervenção no Brasil, de 2000 a 2017, solucionando o seguinte problema: Quais os limites da intervenção das Políticas Econômicas Fiscais Expansionistas?

O objetivo principal deste estudo é verificar o comportamento do resultado primário e nominal, bem como, da dívida pública no Brasil nesta última década e meia compreendidas entre 2000 – 2017. Observando o funcionamento dos instrumentos de Política Fiscal e se estas políticas contribuíram para a deterioração do resultado fiscal neste período na economia brasileira.

O entendimento das teorias econômicas das escolas de pensamento clássicas, keynesiana e neoclássicas proporcionam a compreensão da eficiência ou a falta desta nas políticas fiscais adotadas pelo estado. Explorar os resultados fiscais compreendidos pelo resultado primário, da dívida pública e a evolução do PIB são importantes não somente para mensurar os valores presentes, como também prospectar cenários econômicos.

1 POLÍTICA FISCAL SOB A ÓTICA DAS ESCOLAS DE PENSAMENTO ECONÔMICO

1.1 O ENTENDIMENTO CLÁSSICO

A economia clássica manifestou-se contra o mercantilismo e seus preceitos. O mercantilismo prezava pelo acúmulo de metais e na ação estatal para direcionar o desenvolvimento do sistema capitalista.

Segundo Richard T. Froyen (2013), os economistas clássicos defendiam a não intervenção do estado para que o mercado fosse livre. O governo deveria apenas se envolver em obras que não fosse de interesse privado e teria de garantir que o mercado continuasse competitivo.

Em contraste com os mercantilistas, os economistas clássicos enfatizaram a importância de fatores reais na determinação da “riqueza das nações” e destacaram as tendências otimizadoras do livre mercado na ausência de controle estatal. A análise clássica era, essencialmente, uma análise real; o crescimento de uma economia era resultado do aumento dos estoques dos fatores de produção e de avanços nas técnicas de produção. A moeda tinha um papel apenas por facilitar as transações como meio de troca (FROYEN, 2013, p. 52).

Para tanto, o governo não deveria se preocupar em incentivar o consumo, pois o mecanismo de livre mercado atuaria de forma que houvesse demanda para tudo o que fosse produzido, de modo que uma política de incentivo a demanda poderia ser até prejudicial.

Entre os clássicos, destaca-se Adam Smith e sua obra, Riqueza das Nações, que é fonte de orientação até os tempos atuais para os economistas das mais diversas orientações. De acordo com Hunt, toda a composição de A Riqueza das Nações leva a conclusões *laissez-faire*,

No contexto de teoria da História, de Smith, o capitalismo representava o estágio mais alto de civilização e atingiria seu ponto culminante, quando tivesse evoluído para um estado em que o governo adota uma política *laissez-faire*, permitindo que as forças da concorrência e o livre jogo da oferta e da demanda regulassem a economia, que ficaria quase que completamente livre das restrições do governo ou de suas intervenções. (HUNT, 1993, p. 54)

De acordo com Feijó (2007) na obra Riqueza das Nações é o conceito de “mão invisível” afirmando que a fixação de preços não seria necessária, pois se houvesse um descompasso entre oferta e demanda a Mão Invisível reequilibraria o mercado.

O direcionamento artificial de capital e trabalho aos setores protegidos da concorrência externa não é vantajoso para a sociedade. O capital e o trabalho são mais bem empregados quando as decisões alocativas são guiadas pelo auto interesse. (FEIJÓ,2007, p. 142)

“Vemos, aqui, o tema que permeava as obras de Smith: a ideia de que as pessoas são conduzidas por uma “mão invisível”, no sentido de promover o bem social, sem que essa promoção seja parte de seu intento ou motivo.” (HUNT, 1993, p. 43). Deste modo, as regulamentações do estado reduziram o bem-estar social, visto que restringiriam os mercados, não permitindo que a mão invisível, ou seja, a ordem natural direcionasse a produção para os setores mais produtivos e que necessitassem de oferta.

1.2 REVOLUÇÃO KEYNESIANA

Foi no ápice da crise após a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, que os postulados de Keynes se destacaram. A crise de 1929 foi de superprodução e de subconsumo, conforme caracteriza Alverga (2010), “já que não havia demanda suficiente para absorver toda a oferta, o que fez com que sobrassem muitos produtos sem serem consumidos, o que teve como consequência uma queda generalizada dos preços (acentuada deflação) ”.

Na Grã-Bretanha, país do economista John Maynard Keynes os altos índices de desemprego aconteciam desde 1920, ele acreditava que isto era consequência do enfraquecimento da demanda agregada, cujas consequências eram devastadoras para a economia. Segundo Alverga (2010), Keynes “afirmava que a demanda só voltaria a aquecer se houvesse gastos governamentais em obras públicas, gerando empregos e colocando de volta o dinheiro no bolso do trabalhador”. Esta visão de dispêndio proposta na época hoje tem o nome de política fiscal expansionista.

Ele aceita essa intervenção do governo apenas sob a ótica de complementar a deficiência do setor privado, entretanto, não aceita a ideia de o Estado ser proprietário dos meios de produção ou de ser o agente produtor. O que ele propõe é “uma vigorosa política fiscal, fundamentada em investimentos públicos, para elevar a procura agregada a níveis compatíveis com os da oferta agregada potencial” (ROSSETI, 1941, p. 791). Esta política fiscal serviria para que não haja crescimento e descontrole da inflação.

Feijó (2010) aponta que a recessão na economia ocorre devido aos baixos resultados de investimento da iniciativa privada, assim, sendo necessária a atuação do governo. Deste modo, Feijó sintetiza a ideia de Keynes nos seguintes termos:

A ideia básica de Keynes é simples. A fim de manter o pleno emprego na economia, o governo deve gerar déficits orçamentários quando a economia entrar em recessão. A baixa atividade econômica de então deve-se ao fato de o setor privado não estar investindo o suficiente (FEIJÓ, 2007, p.462)

Nos Estados Unidos a administração de Hoover já propunha uma medida antagônica a de Keynes: aumento de impostos para equilibrar as contas públicas, uma vez que a receita havia caído devido a redução dos gastos por conta do desemprego. Roosevelt criticou essa medida proposta e defendeu cortes nos gastos do governo. Seu consultor, Bernard Baruch, assim afirmou:

Equilibrar os orçamentos, parar de gastar o dinheiro que não temos. Fazer sacrifícios pela frugalidade e pela receita. Cortar os gastos do governo – cortá-los como rações são cortadas em um estado de sítio. Tributar – tributar todo mundo por tudo (SCHLESINGER, 1957, p. 457).

Importante ressaltar que Keynes era contra à estatização da economia, como havia acontecido nos países socialistas. Ele defendia o capitalismo, porém, insistia em dizer que eram necessárias medidas de controle por parte do Estado.

Deste modo, Keynes defendia que a política fiscal com foco em investimento público favorece o crescimento de longo prazo, aumentando a capacidade produtiva da economia e futuramente gerando novas receitas tributárias.

Os críticos destas teorias de políticas expansionistas, afirmam que os gastos financiados por expansão monetária, não impactam diretamente na renda e sim nos preços e não alcançam o resultado esperado de reduzir o desemprego. Deste modo, para eles o estado deve se preocupar em cuidar do orçamento, controlando os gastos para que não necessite cada vez mais ter que aumentar impostos para cobrir os rombos em decorrências dos gastos.

1.3 O CONCEITO NEOLIBERAL

A teoria neoclássica surgiu em meados de 1870, e teve como seus principais criadores: Hermann Heinrich Gossen, da Alemanha; Carl Menger, da Áustria; Léon Walras, da Suíça; Stanley Jevons e Alfred Marshall, da Inglaterra. Os neoclássicos podem ser divididos em diferentes grupos, como a escola Walrasiana, a escola de Chicago e a escola austríaca.

De um modo geral, a teoria neoclássica partiu da suposição de que a economia é formada por um conjunto de agentes econômicos, e que de um lado, possuem preferências ou escalas de utilidade e, do outro, são detentores de fatores, os modelos neoclássicos “tratam do crescimento como um fenômeno determinado pelos fatores de produção, especificamente capital e trabalho e das relações de substituíbilidade entre eles” (PEREIRA NETO, 2006, p. 2). Desta forma, reconhece-se que os agentes econômicos se comportam de modo a maximizar a sua utilidade de forma racional.

Segundo Cavalcanti e Silva (2010) uma visão, também baseada na abordagem neoclássica, mas associada mais diretamente à proposição de “Equivalência Ricardiana”, defende que:

sob certas circunstâncias, a política fiscal pode ser neutra no que se refere a nível de atividade, pois os ganhos temporários de renda advindos de reduções de impostos tendem a ser poupados pelo indivíduo sem antecipação à tributação futura requerida para satisfazer a restrição orçamentária intertemporal do governo. (CAVALCANTI & SILVA, 2010)

É notório que os pressupostos do neoliberalismo fundamentaram as mudanças no início da década de 1990 no Brasil, porém, até hoje se discute qual foi o bem maior que essa nova política trouxe para o país. Suas principais características são a mínima participação do Estado, privatização das empresas estatais, abertura da economia para mercados internacionais, redução do tamanho do Estado gerando maior eficiência, redução de tributos, ênfase na globalização, contra o controle de preços enfatizando a Lei da Oferta e Demanda que equilibra o mercado e a base da economia que deve ser formada pelo setor privado.

Percebe-se uma constante flutuação entre conceitos, ora um se adequa a realidade do momento, ora se faz necessário uma intervenção orientadora e reguladora para acalmar os ânimos.

1.4 POLÍTICA FISCAL: RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Segundo a definição de Alverga (2010), a política fiscal é composta pelas receitas públicas, ou seja, à arrecadação dos tributos do Estado sobre a renda, o patrimônio e o consumo das pessoas físicas e jurídicas, e pelos gastos do Governo, os quais estão explicitados no orçamento público.

O resultado fiscal é constituído pelo resultado primário e o resultado nominal. “Resultado fiscal primário é a diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias durante um determinado período” (TESOURO NACIONAL; 2018), ou seja, o resultado primário compreende o total das receitas públicas menos as despesas públicas excluindo os juros da dívida, sendo este resultado positivo têm-se superávit primário, caso seja negativa será déficit primário.

Segundo o Tesouro Nacional, os objetivos do Governo para a realização das políticas fiscais estão compreendidos em cumprir três funções, sendo uma delas a estabilização macroeconômica fundamenta-se no crescimento econômico sustentado com pouco desemprego e preços controlados, outra é a redistribuição de renda de forma que busque ser igualitária, por último a eficiência em alocar os recursos para suprir a necessidade de fornecimento de bens e serviços públicos em que houver falhas no mercado.

O resultado nominal é a diferença entre as receitas e as despesas incluindo os juros nominais da dívida, os juros são determinados pelo nível das taxas nominais interna e externa de juros. Tendo um resultado primário superavitário será possível liquidar parte do saldo da dívida, porém um resultado deficitário contribuirá para o aumento da mesma, pois o governo ficara exposto a uma necessidade de financiar suas despesas através dos seguintes instrumentos a sua disposição:

- Redução de gastos e aumento de tributos
- Venda de títulos da dívida publica
- Imposto inflacionário

O governo brasileiro tem optado pelas duas primeiras, sendo que a segunda delas, o endividamento público é um enorme peso no orçamento público devido a uma taxa de juros elevada que chega a consumir em torno de 45% da receita do setor público.

Conforme as notas do Tesouro Nacional, a dívida pública federal é o meio utilizado para financiar o déficit orçamentário ou refinarciar a dívida existente. Os principais instrumentos são os lançamentos de títulos públicos, decorrentes da dívida mobiliaria, podendo ser interna ou externa.

Para avaliar os resultados das políticas fiscais, pode-se observar a qualidade do gasto público e os impactos destes no bem-estar da população das seguintes maneiras:

[...]podem ser utilizados diversos indicadores para análise fiscal, em particular os de fluxos (resultados primário e nominal) e estoques (dívidas líquida e bruta). A saber, estes indicadores se relacionam entre si, pois os estoques são formados por meio dos fluxos. Assim, por exemplo, o resultado nominal apurado em certo período afeta o estoque de dívida bruta. (TESOURO NACIONAL, 2018)

O país adotou instrumentos como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei das Diretrizes Orçamentárias para preservar a situação financeira dos estados e municípios controlando e direcionado os gastos, os objetivos são os seguintes:

As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e uma boa herança administrativa para os futuros gestores. (TESOURO NACIONAL, 2018)

Assim sendo, o governo, estados e municípios devem agir de acordo para cumprir metas de resultado fiscal, e respeitar limites na geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras despesas.

1.5 DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida bruta é divulgada mensalmente pelo Bacen, sendo esta composta pelas dívidas da União, estado e municípios. Estes passivos podem ser associados em quatro partes: a dívida mobiliária, operações compromissadas, dívida bancária e dívida externa.

A dívida mobiliária é constituída por “Títulos Públicos Federais em poder do mercado, incluindo, além dos títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central” (BACEN, 2018). Já as operações compromissadas são utilizadas pelo Banco Central como instrumento da Política Monetária de modo que controlam a liquidez nos bancos.

A dívida bancária se refere as obrigações com os bancos, tendo como exemplo o BNDS. E por último a dívida externa, que é composta por empréstimos contraídos em bancos estrangeiros ou pelos títulos públicos emitidos no exterior. A dívida pública líquida considera a diferença entre o passivo total e os ativos financeiros do governo. Ou seja, é a diferença entre a dívida pública bruta e os créditos não-financeiros do setor público e do Banco Central.

2 METODOLOGIA

O presente estudo a respeito das teorias econômicas de política fiscal das escolas econômicas será realizado por meio de pesquisa bibliográfica, através de livros como: História Econômica, de Macroeconomia de Richard T. FROYEN, de Teorias de Políticas Econômicas e artigos científicos, como o artigo publicado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento econômico e Social [BNDES] titulado como “A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro”. De acordo com Lilia Maria Bitar Neves, a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de um determinado tema, processado em bases de dados nacionais e internacionais que contêm artigos de revistas, livros, teses e outros documentos. Como resultado obtém-se uma lista com as referências e resumos dos documentos que foram localizados nas bases de dados.

A coleta dos dados será por meio de pesquisa documental, sendo esta realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – pintura, escultura, desenho, etc, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000).

Deste modo, através da pesquisa documental, a análise do comportamento da dívida pública será realizada nos sites como: IBGE, IPEA e principalmente pelo site do Banco Central do Brasil, este último apresenta as notas econômico-financeiras a imprensa, divulgado de forma mensal, e as séries históricas compreendendo os resultados do governo e da dívida pública.

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DO BRASIL

Na década de 1990, após a consolidação do plano real, foi estabelecido o tripé macroeconômico que consistia em políticas monetárias e fiscais com vista ao controle da inflação, composto por metas de inflação, superávit fiscal e câmbio flutuante, foi continuado durante os primeiros anos de 2000. Deste modo, o governo deveria gerar um superávit primário que pudesse garantir o controle da relação dívida/PIB e em caso de indícios de que a inflação iria extrapolar a meta, o banco central deveria elevar a taxa de juros a fim de restringir a demanda agregada, entretanto, tal política restringe também a taxa de investimento na economia, o que causa baixo crescimento econômico e a elevação das taxas de juros o pagamento dos serviços da dívida pública torna-se mais difícil, tornando-se possível de um lado pode haver um superávit primário, mas de outro um déficit nominal cada vez mais profundo.

De acordo com o artigo do BNDES “A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro”, no período compreendido entre 2000 e 2011, a economia brasileira obteve crescimento médio anual rente a 4% a.a., sendo superior ao verificado nas duas décadas anteriores que ficou próximo de 2% a.a. A inflação se manteve controlada com taxa média de 5,4% entre 2004 e 2011 e percebeu-se uma melhoria na renda e na qualidade de vida das famílias de baixa renda, uma queda quase constante do desemprego e expansão do crédito.

Havia no país uma onda de otimismo em relação à economia. Conseguimos crescer 7,6% em 2010, com aumentos salariais e desemprego em níveis baixos, era a promessa

do fim da desigualdade. A notória a ascensão da Classe C era vista, principalmente, pela ampliação dos gastos dessas famílias. No entanto, tudo mudou em meados de 2014, quando a economia começou a dar sinais de recessão.

3.2 EVOLUÇÃO DO PIB E DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Na década dos anos 2000, a economia brasileira passou por um período de expansão, melhoria na distribuição de renda e queda na taxa de pobreza. Em 2009, houve uma breve recessão consequente da crise mundial conhecida como crise do sub prime, a qual formou-se com a concessão de “hipotecas podres” para pessoas com elevado risco de crédito. Já em 2010 a economia voltou a crescer com o PIB de 7,6%. Observa-se que após 2010 houve desaceleração na economia chegando em 2014 com crescimento de 0,5% e em 2015 queda no PIB de 3,5%.

TABELA 1 - Produto Interno Bruto e formação bruta de capital fixo - 2000-2015

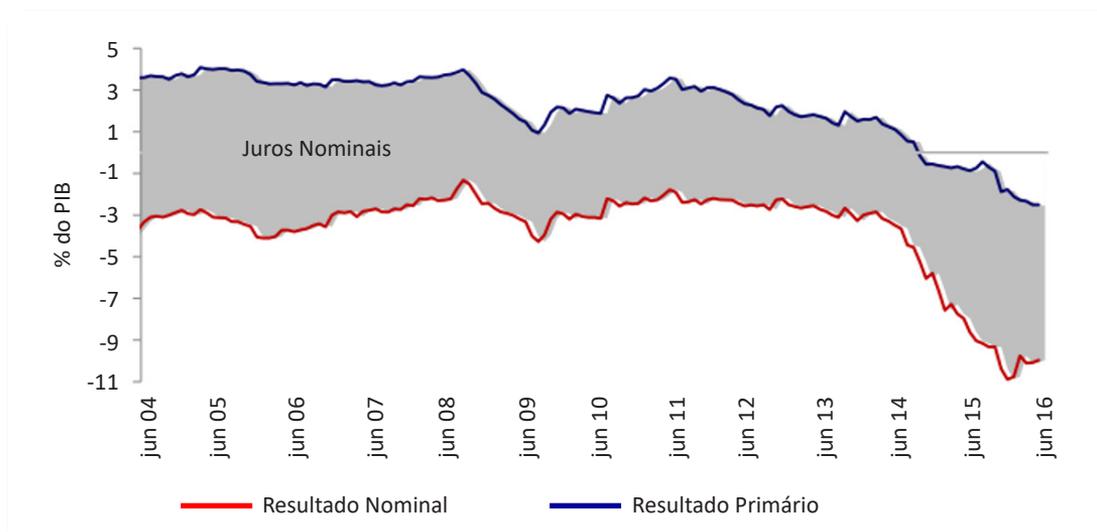
Ano	Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)			Formação bruta de capital fixo (1 000 000 R\$)			Formação bruta de capital fixo / PIB (%)
	Preços do ano anterior	Valores correntes	Variação em volume (%)	Preços do ano anterior	Valores correntes	Variação real anual (%)	
2000	...	1 199 092	219 488	...	18,3
2001	1 215 758	1 315 755	1,4	222 351	242 337	1,3	18,4
2002	1 355 932	1 488 787	3,1	238 838	266 884	(-) 1,4	17,9
2003	1 505 772	1 717 950	1,1	256 250	285 262	(-) 4,0	16,6
2004	1 816 904	1 957 751	5,8	309 472	339 087	8,5	17,3
2005	2 020 441	2 170 585	3,2	345 721	370 219	2,0	17,1
2006	2 256 583	2 409 450	4,0	394 878	414 674	6,7	17,2
2007	2 555 700	2 720 263	6,1	464 237	489 532	12,0	18,0
2008	2 858 838	3 109 803	5,1	549 681	602 846	12,3	19,4
2009	3 105 891	3 333 039	(-) 0,1	589 982	636 676	(-) 2,1	19,1
2010	3 583 958	3 885 847	7,5	750 347	797 946	17,9	20,5
2011	4 040 287	4 376 382	4,0	852 478	901 927	6,8	20,6
2012	4 460 460	4 814 760	1,9	908 951	997 460	0,8	20,7
2013	4 959 435	5 331 619	3,0	1 055 584	1 114 944	5,8	20,9
2014	5 358 488	5 778 953	0,5	1 067 848	1 148 453	(-) 4,2	19,9
2015	5 574 045	5 995 787	(-) 3,5	988 284	1 069 397	(-) 13,9	17,8

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Estes resultados positivos observados a partir da segunda metade de 2000, se deram pela nova política econômica, na qual o governo decidiu afrouxar sua política fiscal ortodoxa e passou para uma política de gastos e estímulo ao crédito com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico via consumo. A partir de 2006, o ministro da fazenda, Guido Mantega, defendeu a redução das taxas de juros e que a geração de um superávit menor, em torno de 4%, bastava para dar sustentabilidade a dívida pública, conseqüentemente, o governo iniciou uma política fiscal expansionista, que incluiu a redução de tributos como o PIS/COFINS para os setores de bens de capital e construção civil, bem como expansão do crédito através da redução da taxa básica de juros para pessoa física, com o intuito de estimular o consumo e aquisição de imóveis.

A partir de 2011 até 2014, a economia passa a crescer em ritmo desacelerado. Neste período, a política fiscal permaneceu sem mudanças significativas, as metas de superávit não eram atingidas e passaram a ser cada vez menores, quanto a inflação, esta extrapolava as metas definidas pelo Banco Central. Em simultâneo a redução do superávit primário, o resultado nominal passou a acumular déficit cada vez mais elevado em relação ao PIB, como mostra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 1 - Resultado Primário, Resultado Nominal e Juros Nominais – Fluxos Acumulados em 12 meses (até jun/16)



FONTE: BCB

Assim, é notável a significativa deterioração do desempenho fiscal brasileiro nos anos mais recentes.

A partir do ano de 2015, a economia brasileira adentra um período de forte recessão, acumulando quedas de 3,8% em 2015 e 3,6% em 2016, o governo se viu sem recursos para estimular a economia através do incentivo a demanda agregada, como

ocorrido em anos anteriores, em virtude da deterioração de suas finanças, que passaram a fechar em um déficit nominal cada vez maior, 5,95% do PIB em 2014, o dobro do ano anterior, 2013, e seguindo uma trajetória crescente nos anos seguintes 10,22% em 2015, 8,99% em 2016 e 7,80% em 2017, apesar do ritmo decrescente apresentado a partir de 2016, a situação ainda é precária para as finanças do setor público, que a partir de 2015, com o ministro da fazenda Joaquim Levy, iniciou um programa de ajuste fiscal, ou seja uma política fiscal mais conservadora com o objetivo de recuperar as finanças públicas, dentre as medidas adotadas, foram reestabelecidos tributos que antes haviam sido renunciados, como IPI sobre veículos, aumento de IOF de 1,5% para 3% além do corte de subsídios em energia elétrica e combustíveis.

A taxa Selic, que chegou ao patamar de 7,14% no início de 2013, o patamar mais baixo em anos, atingiu os 14,15% entre julho e agosto de 2016, época do impeachment, três situações contribuíram para o aumento da taxa Selic, a primeira é o simples fato do governo ser incapaz de cobrir suas despesas operacionais, isto levanta a questão por parte de setor financeiro, se o governo não pode pagar as suas contas, quem garante que irá pagar os juros de suas dívidas? Este tipo de questionamento enfraquece a confiança no governo, em compensação as fontes de financiamento irão exigir uma taxa de juros mais alta, a outra situação que fez elevar a taxa de juros, foi o processo de impeachment, que depôs a presidente Dilma Rousseff, causando incerteza no mercado devido à instabilidade política. Entretanto, a terceira e principal razão para a elevação da taxa de juros foi a inflação, a taxa de Selic é composta por uma taxa de juros, que constitui a remuneração real do título, mais a correção monetária, esta é determinada pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) calculado pelo IBGE. A inflação acumulada atingiu seu ápice em 2015, ficando em 10,67%, um contraste significativo com relação a 2013 e 2014, os quais fecharam em 5,91% e 6,41% respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo das teorias econômicas em paralelo com as políticas fiscais adotadas pelos governos no período de 2000 a 2017, tem-se como indícios, mas que ainda precisam ser testados em próximos estudos, que os motivadores do déficit, foram a expansão do crédito durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visto que elevou a demanda da economia até o ponto em que a capacidade de produção interna estava sobrecarregada.

Os tempos recentes estão repletos de incertezas para o Brasil, tanto na esfera política quanto econômica, nesta última, no que tange ao resultado primário, o governo saiu de um superávit de 91,3 bilhões em 2013, para um déficit no valor de 32,5 bilhões em 2014.

Desde então o país observou constantes déficits primários, estes podem ter sido causados pela política fiscal adotada. As políticas fiscais adotadas nos governos Lula e Dilma tinham como objetivo estimular o crescimento do país e compensar a crise mundial de 2008, tais estímulos ocorreram por meio reduções de impostos, concessões de créditos com juros subsidiados e outros gastos do governo.

Estes seguidos déficits associados a seguidos rebaixamentos da nota de risco do Brasil por agência de classificação encarecem ainda mais a dívida pública.

Atualmente, o novo governo, chefiado pelo presidente Michel Temer, se encontra em uma situação delicada, está sendo alvo de acusações de corrupção, com denúncias em aberto tramitando e sua popularidade é extremamente baixa, estando por volta dos 3%. A baixa popularidade do presidente faz alimentar uma retórica indagatória de incerteza quanto a seu futuro, que por si só é suficiente para fazer elevar os juros da dívida, dificultando a rolagem da dívidapública.

O governo, em sua necessidade de financiar seu déficit primário, bem como pagar os juros de sua dívida, precisa receber empréstimos os quais são a poupança do sistema econômico, poupança esta que ao invés de se tornar investimento no mercado real, por conseguinte estimulando a economia, termina sendo alocado em aplicações, que em alguns casos, dependendo de qual for a taxa da Selic, remuneram uma taxa de juros superior ao retorno em lucros de um possível investimento, com o governo em dificuldades financeiras, este se vê obrigado a absorver a maior parte da poupança do sistema econômico, logo a poupança disponível para investimento é insuficiente para causar efeitos significativos no nível de investimento e por conseguinte, no crescimento econômico nacional.

O governo precisa tomar medidas para aliviar o déficit, recuperar a confiança na economia a fim de fazer retornar o investimento, por conseguinte, reduzindo os custos da necessidade de financiamento do setor público, deve-se buscar a diminuição da dívida pública por meio de cortes nos gastos do setor público.

As medidas que o governo planeja tomar a fim de recuperar o investimento na economia, são estabelecer um teto de gastos para controlar o orçamento público, reformas flexibilizando a legislação trabalhista a fim de elevar o nível de emprego no Brasil, privatizações de empresas estatais e concessões de aeroportos, portos e rodovias e reforma na previdência.

REFERÊNCIAS

- ALVERGA, C. F. R. P. de. A intervenção do Estado na economia por meio das políticas fiscal e monetária: uma abordagem keynesiana. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 15, n. 2714, dez. 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/17920>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Dívida líquida e necessidades de financiamento do setor público**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/finpub/cap5p.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2018.
- _____. **Indicadores fiscais**. 2016. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2004-Indicadores%20Fiscais.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- _____. **Nota para a imprensa – 28.5.2008**. 2008. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/notas.asp?idioma=p>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- CAVALCANTI, M. A. F. H.; SILVA, N. L. C. Dívida pública, política fiscal e nível de atividade: uma abordagem VAR para o Brasil no período 1995-2008. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 01-04, out./dez. 2010.
- CRUZ, A. I. G. da et al. **A economia brasileira: conquistas dos últimos dez anos e perspectivas para o futuro**. Brasília: BNDES, 2012. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/961/4/A%20economia%20brasileira-conquistas%20dos%20ultimos%20dez%20anos%20_P-final_BD.pdf>. Acesso em: 13 de fev. 2018.
- FEIJÓ, R. L. C. **História do pensamento econômico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FROYEN, R. T. **Macroeconomia: teorias e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J. **História do pensamento econômico**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- IBGE. **Sistema de Contas Nacionais: Brasil 2010-2013 – referência 2010**. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- PEREIMA NETO, J. B. **Política fiscal, crescimento, distribuição de renda e regimes de endividamento: uma abordagem pós-keynesiana**. 2006. 221 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <www.economia.ufpr.br/Dissertações%20Mestrado/JOÃO%20BASILIO%20PEREIMA%20NETO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.
- SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- TESOURO NACIONAL. **Política fiscal**. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/sobre-politica-fiscal>>. Acesso em: 4 jun. 2018.